

DIREITO À IDENTIDADE. A TUTELA JURÍDICA DO NOME E DO PSEUDÔNIMO

Michel de Melo Possídio¹
Maurício Souza Sampaio
Leandro Lopes Pontes Paraense
Belmiro Vivaldo S. Fernandes

Resumo:

Este artigo analisa o direito à identidade como direito personalíssimo, que merece atenção especial, haja vista ser o nome a forma indelével de o indivíduo ver-se reconhecido no meio sócio-cultural. Para dar conta desse propósito, de início, conceituou-se o instituto, abordou-se a evolução histórica do instituto, realizou-se breve análise da Lei de Registros Públicos, Código Civil vigente, particularmente no que tange à proteção jurídica contra o uso indevido do nome e de seus acessórios, bem como os procedimentos em derredor de seu registro e formas de alteração. Além dos fundamentos mencionados, a análise apoiou-se na interpretação de doutrinadores e jurisprudências. Os resultados indicam a premência de reflexão mais profunda acerca do direito ao nome e à identidade, diferenciando-os, tendo em vista efetivar os mesmos, que possuem respaldo constitucional, ainda que não expressamente mencionados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88).

Palavras-chave: Direito da personalidade; nome; pseudônimo; Lei de Registros Públicos; Código Civil; Direito à identidade.

¹ Advogado; Professor de Direito Civil da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO); Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Salvador (UNIFACS); Mestrando em Ciência da Família pela Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Alguns direitos são inerentes e intrínsecos à condição humana; têm origem com a concepção e prosseguem ativos, mesmo após a morte de seu titular². Tratam-se de direitos indisponíveis, dos quais não se pode abdicar; eles confundem o titular com o próprio objeto. São denominados de *Direitos da Personalidade* e têm a ver com o que o ser humano tem de melhor. São atributos que têm como fonte a existência e a dignidade da pessoa humana, conforme o entendimento do art. 1º, IV, da CF/88.

Conceituam-se os direitos da personalidade como sendo aqueles que têm por objeto os atributos físicos, psíquicos e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais, e possuem como características as seguintes: são vitalícios, perenes ou perpétuos, uma vez que duram a vida toda, com possibilidade, ainda de se refletir após a morte da pessoa. São inatos ou originários porque se adquirem ao nascer. São imprescritíveis, posto que perduram enquanto perdurar a personalidade, isto é, a vida humana - na verdade, transcendem a própria vida, pois ainda são protegidos após o falecimento da pessoa. São inalienáveis, ou com mais propriedade, são indisponíveis, haja vista que, em princípio, estão fora do comércio e não possuem valor econômico imediato. São irrenunciáveis, porque pertencem à própria vida, da qual se projeta a personalidade. E são absolutos, no sentido de que podem ser opostos *erga omnes*.

O homem não deve ser protegido somente em seu patrimônio, mas, principalmente em sua essência³. Isso foi determinante para que o Novo Código Civil tenha trazido em seu bojo, um capítulo próprio para os direitos da personalidade. Impende salientar que os direitos da personalidade são extrapatrimoniais, porque não admitem avaliação pecuniária. Embora, se fale sobre indenizações quando das violações de tais direitos, estas tem caráter meramente compensatório, funcionando como substitutivo de um desconforto, inclusive com fins educativos, mas não se equiparam à remuneração ou contraprestação.

² Código Civil.

Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

³ Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, *Novo Curso de Direito Civil*, 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 135.

A Constituição já havia se preocupado com a categoria dos direitos da personalidade, de modo a enunciar no art. 5º, X, um rol exemplificativo dos mesmos, senão vejamos: “*São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.*” Assim temos que a honra, a moral, a imagem, o sossego, a intimidade, a privacidade, o próprio corpo, o nome são exemplos de tais direitos que resguardam a dignidade humana. E aquele que se sentir ameaçado ou lesado em seus direitos da personalidade poderá exigir que cesse a ameaça ou lesão e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções, conforme dispõe o art. 12, do Código Civil/2002.

Com efeito, na contemporaneidade, após o abandono do paradigma do 'ter', adotando-se o paradigma do 'ser' (re-personalização do direito), o ordenamento jurídico como um todo deve estar voltado para a satisfação humana, sendo o sujeito a razão e fundamento da existência de toda a sociedade.

Neste aspecto, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, eleito pelo Poder Constituinte originário como um dos fundamentos da República (art. 1º, III, CRFB/88), tornou-se o centro conformador do ordenamento jurídico. De fato, a Carta Política outorgou ao cidadão a chamada *cláusula geral da personalidade*, por intermédio da qual qualquer lesão ou ameaça de lesão à manifestação dos direitos da personalidade deverá ser protegida pelo ordenamento, ainda que acerca do fato não se tenha uma adequação típica específica.

Neste prisma, não restam, pois, resquícios de dúvidas de que é a pessoa humana e sua proteção o centro maior do ordenamento jurídico, que encontra seu ponto unificador e balizador na Carta Maior.

O Código Civil, promulgado por meio da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, reservou um capítulo inteiro para o regramento dos direitos da personalidade, o que representou um passo adiante em relação ao Código Civil de 1916. A positivação infraconstitucional dos referidos direitos limitou-se a tutelar os direitos que a doutrina e a jurisprudência ao longo do tempo já tinham consolidado., e em relação especificamente ao direito ao nome e pseudônimo, tratado nos arts. 16 a 19 do *codex*, demonstra essa efetivação, posto que, arraigado no que fora consagrado na Constituição da República, protege tanto o nome quanto o pseudônimo de usos indevidos, sem a autorização do seu proprietário.

No entendimento de GUSTAVO TEPEDINO⁴: “os direitos do homem, para ter uma efetiva tutela jurídica, devem encontrar o seu fundamento na norma positiva. O direito positivo é o único fundamento jurídico da tutela da personalidade; a ética, a religião, a história, a política, a ideologia, são apenas aspectos de uma idêntica realidade (...) a norma é, também ela, noção histórica”.

O nome atribuído à pessoa é uma das características do indivíduo, sendo um dos principais direitos incluídos na categoria de direitos personalíssimos ou da personalidade. A importância do nome para a pessoa natural situa-se no mesmo plano de seu estado, de sua capacidade civil e de outros direitos inerentes à personalidade, que, inclusive é também conferido às pessoas jurídicas, todavia, abordaremos aqui tão somente, o que tange ao nome das pessoas naturais.

Filosoficamente, os poetas costumam dizer que a palavra mais importante na vida de um ser humano é o seu nome. Socialmente, nada mais cordato do que se dirigir à pessoa pelo seu nome, independentemente de classe, raça, opção religiosa ou política, orientação sexual, função ou *status* social.

É assim o elemento identificador do ser humano perante a sociedade e como tal individualiza e, *grosso modo*, indica a procedência familiar do indivíduo.

Juridicamente, ter um nome é um direito dos mais relevantes, uma vez que é considerado pelo próprio legislador como um direito da personalidade. E nesse sentido, basta verificar o quanto disposto no art. 16, do Código Civil, que analisaremos mais adiante. Ademais, tornar-se plenamente identificável perante a sociedade é direito do cidadão e também dever e interesse do Estado de que cada ser humano possua um sinal identificador na sociedade, assim temos que do nome destacam-se um aspecto público e outro individual.

Historicamente, os povos da antiguidade remota adotavam o nome simples, igualmente aos gregos, que designavam as pessoas por um nome formado de uma só palavra, a exemplo: Ulisses, Péricles, Sócrates. Já o povo hebreu, segundo verifica-se no registro censitário do *Livro dos Números*, fazia seguir ao nome do indivíduo a indicação de sua filiação: De Benjamin, Abidau, filho de Gedeão. Os romanos, por sua vez, adotavam um característico personativo: o *prenome*, que designava a pessoa, o *nome*, indicativo de sua *gens*, e o *cognome*, que apontava a sua família. Alguns ainda pospunham ao seu nome um *agnome*,

⁴ Gustavo Tepedino, *Temas de Direito Civil*, 2. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 39

decorrente de um acontecimento importante de que participava e que o qualificava, a exemplo: Marcus (*premem*) Tullius (*nomem*) Cícero (*cognomem*) de Cesaréia (*agnomem*)⁵.

Em especial, no Brasil, na época da escravidão, os escravos ao serem adquiridos pelos seus senhores, recebiam como sobrenome, geralmente, o indicativo da fazenda onde iriam trabalhar, o que fez com que, após a abolição, surgissem inúmeras famílias. Verifica-se, ainda, na história dos nomes, a situação específica que surgiu, em razão da Segunda Grande Mundial, quando os judeus, fugindo do holocausto, espalharam-se pelos diversos países, modificando os seus sobrenomes, que os identificavam como judeus, utilizando-se de nomes de árvores, do local onde se refugiavam, de modo a se identificarem entre si.

Modernamente, retomou-se a adoção do nome complexo, que por muito tempo ficou em desuso por influência bárbara, e entre nós, adota-se o nome composto, de que se destaca o prenome como designação do indivíduo e o nome patronímico, característico de sua família, transmissível hereditariamente, ou pela continuação nos descendentes do nome ascendente ou pela combinação do materno com o paterno.

A utilidade do nome é tão notória, que inclusive exige-se que sejam atribuídos nomes a firmas, navios, aeronaves, ruas, praças, acidentes geográficos, cidades, etc. Assim, o nome é o substantivo que distingue as coisas que nos cercam, e o nome da pessoa a distingue das demais. É pelo nome que a pessoa é reconhecida no seio familiar e da comunidade à qual se encontra inserida, sendo, desta forma, a manifestação mais expressiva da personalidade.

Temos que existe uma variedade de expressões que designam a idéia do nome que ao serem utilizados causam certa confusão na doutrina, inclusive com reflexos legais. Neste sentido, temos que os termos nome, prenome, apelido, patronímico, nome de família, sobrenome, cognome, que são aplicados ora num sentido, ora em outro sentido. A própria lei nº 6.015/73 (lei de registros públicos), utiliza o termo nome em dois sentidos, isto é, em um momento aplica como se fosse sobrenome e em outro como se fosse nome completo, sem prejuízo ao uso dos termos patronímico, prenome ou apelido de família.

⁵ Caio Mário da Silva Pereira. *Instituições de Direito Civil*. 22. ed. Rio de Janeiro. Forense. 2008. p. 243

Para fins de esclarecimento, nome e prenome indicariam o primeiro nome individual que pode ser simples ou composto e sobrenome seriam os nomes de família, também denominados de apelidos de família, ou nomes patronímicos.

Neste diapasão, analisando o nome de forma bem ampla, temos que o mesmo é composto de elementos fixos e contingentes, sendo considerados como fixos o prenome e o sobrenome, ao passo que contingentes seriam o apelido (aqui aplicado não como apelido de família, mas sim apelido no sentido de alcunha), o pseudônimo ou nome artístico, os títulos, etc.

Acerca da natureza jurídica do direito ao nome, alguns doutrinadores o identificam como um direito da propriedade, ao passo que outros entendem ser uma mera questão de estado, como fato protegido pelo ordenamento jurídico. Neste sentido, ORLANDO GOMES⁶ entende que o nome “não passa de um simples sinal distintivo e exterior do estado, de modo que toda questão a ele relativa é uma questão de estado. Essa explicação não satisfaz porque, em síntese, a possibilidade de mudança do nome a infirma, atestando a sua artificiosidade”.

Há de salientar, por oportuno, que não se deve confundir o nome com o direito ao nome, posto que o nome é atributo da personalidade, e o direito ao nome é um direito pessoal absoluto, individual, personalíssimo, e portanto, direito subjetivo público, não obstante, existirem entendimentos de que tal direito estaria vinculado aos direitos da propriedade, e assim sendo, seria um direito subjetivo privado.

A concepção dominial considera o nome como direito de propriedade, de modo que o seu titular goza de maneira absoluta é combatida por renomados doutrinadores franceses, a exemplo de Marcel Planiol, que entende que o nome, em verdade, é objeto de obrigação, uma vez que não é objeto de propriedade, haja vista não pode ser alienado, não tem valor econômico próprio, não se encontra sujeito à prescrição, não é dotado de exclusividade, bem como por não estar à disposição do seu titular, em razão de a lei conferir o nome às pessoas, de modo a atender interesses públicos e não particulares.

Segundo Savigny, Ihering e Beviláqua, o nome é a forma pela qual o indivíduo aparece na ordem jurídica, não se constituindo em um bem jurídico, em face da impossibilidade de sua apropriação na sociedade, de modo que seria, portanto, um complexo de direitos.

⁶ Orlando Gomes, *Introdução ao Direito Civil*, 18. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 160.

Para a doutrina italiana, o indivíduo possui uma identidade estática e uma identidade dinâmica⁷, sendo que a primeira compreende o nome, o domicílio, a identificação física, ao passo que a segunda diz respeito a uma verdade biográfica; ou seja, ao modo de viver do indivíduo, seus hábitos, convicções, ideologias dentro de sua vida em sociedade.

Ora, não obstante os entendimentos desses ilustres doutrinadores há de se entender, em verdade, que o direito ao nome e seus desdobramentos é um direito da personalidade, recebendo assim, inclusive, proteção constitucional. Existe um direito ao nome, participando com caráter pessoal e não patrimonial da integração da personalidade. Simultaneamente, o nome envolve um direito individual e um interesse social. É direito e é dever. Destarte, não se pode negar a sua existência como direito, atentando-se para o fato de que não se pode negar à pessoa a faculdade de usar o seu nome, bem como se deve permitir o poder de reprimir a usurpação do mesmo por outrem.

O aspecto público do direito ao nome está ligado ao registro da pessoa natural, pelo qual o Estado lhe regulamenta a utilização, instituindo os princípios disciplinares do seu exercício, ao passo que o aspecto individual está presente no poder reconhecido ao seu possuidor de por ele designar-se e de reprimir abusos cometidos por terceiros, inclusive com a possibilidade de concessão de reparação civil para aquele que disso sofrer um prejuízo. Em suma, é reconhecida universalmente a tutela jurídica ao nome.

O direito à identidade pessoal significa direito a ter nome, que é absoluto e inato. O nome é composto de prenome e sobrenome. O prenome, simples ou composto, é individual, enquanto o sobrenome indica a procedência familiar. No Brasil, costuma-se compor o sobrenome, sucessivamente, com os nomes das famílias materna e paterna, mas não há obrigatoriedade legal, pois apenas pode conter um ou outro. Na tradição castelhana, são invertidos: primeiro vem o nome da família paterna. O Código Civil, equivocadamente, refere a patronímico, que significa derivado do nome do pai, a exemplo de Rodrigues, filho de Rodrigo.

Durante muito tempo, o prenome foi imutável, salvo hipóteses estreitas de erro gráfico ou ridicularia, ou durante o primeiro ano após adquirir a maioridade.

⁷ J. M. Leoni Lopes de Oliveira. *Novo Código Civil Anotado*. 3. ed. rev. e atual., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, p. 69.

Essa regra foi mudada pela Lei nº 9.708, de 1998, que admite a mudança por apelidos públicos notórios, ou seja quando uma pessoa é conhecida no meio social por nome diverso do que foi registrada.

Há de se verificar a extrema importância que o nome tem em relação à pessoa, desde o seu nascimento, senão vejamos, como não é dado ao recém-nascido escolher o seu próprio nome, é enorme a responsabilidade dos pais ao fazerem-no, uma vez que, por muitas vezes, do nome decorrerá o sucesso ou o insucesso da pessoa, sem que com isso se afirme que o nome seja essencial para o bom ou mal conceito de alguém. Existem nomes que são vistos com maior simpatia pela comunidade do que outros, que, por seu lado, podem expor seus portadores ao ridículo e à chacota, de modo que fez com que o Estado se preocupasse com tais circunstâncias, vedando o registro de nomes exóticos ou esdrúxulos.

Os artigos 16 a 19 do Novo Código Civil – (NCC) – tratam de um fundamental reflexo da personalidade de toda pessoa, qual seja o seu nome. Diga-se que a proteção ao nome é já consagrada no nosso ordenamento jurídico, precedendo à proteção que hoje se outorga aos demais direitos da personalidade. Assim, diz o artigo 16 do NCC que todos nós temos direito ao nome, incluídos nesse conceito o prenome e o sobrenome. A disposição de tal artigo é complementada pela regra contida no artigo 19, o qual confere ao pseudônimo, adotado para atividades lícitas, a mesma proteção conferida ao nome. Desse modo, pessoas que se tornam conhecidas por pseudônimos têm proteção conferida a essa denominação. Essa proteção se aplica a atividades lícitas.

É importante ressaltar, mais uma vez, que existem aspectos de ordem pública e individual em relação ao direito ao nome. O aspecto público, como visto decorre do fato de estar ligado ao registro da pessoa natural, pelo qual o Estado traça os princípios disciplinares de seu exercício, determinando a imutabilidade do prenome, salvo exceções expressamente admitidas, e desde que suas modificações sejam, regra geral, precedidas de justificação e autorização judicial.

Tendo em vista a importância do nome, o Estado vela pela relativa permanência do nome, permitindo que apenas sob determinadas condições seja alterado, conforme se infere da leitura dos artigos da LRP, em especial, os artigos 55 e seguintes. Isso porque o nome é a marca indelével do indivíduo, como atributo de sua personalidade, de modo que as alterações ao nome somente podem justificar-se por motivos relevantes, de modo que, não é autorizada a alteração por

simples melindre ou capricho pessoal. Temos, assim, que a alteração nominal, tomando-se como parâmetro a motivação da iniciativa, classificam-se em causas necessárias e voluntárias.

Seriam necessárias quando decorrentes da modificação do estado da pessoa, em caráter familiar, ou seja, em casos de reconhecimento ou contestação de paternidade, ou por adoção, ou ainda por alteração do nome dos pais, onde se verifica, essencialmente, a preservação do nome de família ou patronímico, de forma a se manter a linhagem e tradição familiar, evitando-se constrangimentos sociais. E serão voluntárias, aquelas em que, normalmente, necessita de uma autorização judicial, com exceção do casamento (voluntária que independe de autorização judicial), a exemplo do divórcio, separação judicial, companheirismo, viuvez.

Vale ainda pôr em relevo o fato de que o legislador optou por não alterar a atual sistemática de composição do nome, prevista pela Lei dos Registros Públicos, a qual permanece em vigência mesmo com a entrada em vigor do NCC. Logo, seguem valendo as regras segundo as quais, por exemplo, aos pais é dada a liberdade de compor o nome dos filhos, não podendo, contudo, optar por prenomes que os exponham ao ridículo, bem como é dado ao interessado, no primeiro ano após atingir a maioridade civil, o direito de pleitear a alteração de seu nome, desde que não ocorra prejuízo aos apelidos de família (sobrenome). Igualmente fica mantida a regra de que o prenome é definitivo, admitindo-se apenas sua mudança para substituí-lo por pseudônimo público notório ou ainda por razões de segurança, em caso de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de prática criminosa.

A designação do nome civil da pessoa natural é de livre escolha do declarante, ressalvado o registro obrigatório do patronímico, inexistindo exclusividade para a sua concessão. Mesmo àqueles que não têm conhecidos os pais, possuem direito ao nome, como se verifica nos casos indicados nos artigos 62 e 63 da LRP (expostos e menores abandonados).

O Código Civil, expressamente, protege o nome contra a sua utilização indevida por quem quer que seja, ainda que não haja a intenção de difamar, estendendo tal entendimento também, ao pseudônimo. A proteção ao nome visa evitar dano moral ao seu titular. Dessa forma, é proibida a utilização do nome de alguém de maneira que venha a lhe expor ao desprezo público, de modo a autorizar o indivíduo de usá-lo, fazendo-se chamar por ele, e de defendê-lo de quem o

usurpar, reprimindo abusos cometidos por terceiros, que, em publicação ou representação, o exponham ao desprezo público ou ao ridículo, de modo a poder pleitear indenização. Assim, estar-se-á tutelando a honra objetiva, a fim de evitar que alguém obtenha proveitos através de uso indevido de nome alheio. Essa proteção jurídica também cabe ao pseudônimo ou codinome.

O bem jurídico aqui tutelado é a identidade, que, saliente-se, é atributo ínsito à personalidade humana. O direito essencial é ao nome, mas também recebem proteção os acessórios (pseudônimo, epíteto, alcunha e o hipocorístico – este considerado a designação carinhosa, geralmente pelos íntimos)⁸.

Nesse diapasão, e de modo complementar, o Código Penal, em seu artigo 185, tipifica a usurpação de nome ou pseudônimo alheio, cominando a pena de detenção de seis meses a dois anos e multa. Vale salientar que embora se tratasse de uma infração penal de médio potencial ofensivo, onde se previa o benefício da suspensão condicional do processo, por força do artigo 89, da lei nº 9.099/95, tal tipo foi suprimido da atual codificação penal com o advento da lei nº 10.695/03, que busca dar uma tutela criminal mais abrangente à violação dos direitos autorais.

Assim temos que a regra de proteção do nome, que por ordem legal, ampara igualmente o pseudônimo, tendo *status* de direito da personalidade. Desta forma, o primeiro passo se dá em direção à Constituição, pois é dela, por ela, e sob ela que essa norma será, inicialmente, interpretada.

A dignidade da pessoa humana é fundamento da nossa república (art. 1º, III, CRFB), que se regerá, nas suas relações internacionais, pela prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II, CRFB).

É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato (art. 5º, IV, CRFB).

É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, V, CRFB).

É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (art. 5º, IX, CRFB).

⁸ Carlos Alberto Bittar. *Os direitos da personalidade*. 7. ed. rev. e atual., Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 129.

São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (art. 5º, X, CRFB).

Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissíveis aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar (art. 5º, XXVII, CRFB).

Por outro lado, é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (art. 5º, XIV, CRFB).

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto na Constituição (art. 220, CRFB).

Destaque-se, ainda, que "nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art.5º, IV, V, X, XIII e XIV", da Constituição Federal (art. 220, §1º, CRFB).

Imediatamente verificamos que o texto constitucional não traz proteção expressa ao nome da pessoa natural, apesar de fazê-lo em relação ao nome das empresas (art. 5º, XXIX, CRFB), mas o faz, indiretamente, quando tutela o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização cabível (V, 5ºCF), bem como, quando protege a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5º, X, CRFB).

O nome, como elemento indispensável da identificação das pessoas naturais, está amparado quando se tutela a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem, em limites a serem respeitados pela liberdade de imprensa, na medida em que a Constituição, quando a assegura, no art. 220, §1º, impõe sejam respeitados os valores tutelados no art. 5º, incisos IV, V, X, XIII e XIV.

Apesar de o uso do nome estar protegido por lei, esta proteção não é absoluta, em razão do direito de informação, também constitucionalmente garantido, como bem ensina o Prof. LUIS GUSTAVO GRANDINETTI⁹, "qualquer pessoa, por mais pública que seja, tem direito a uma esfera de privacidade, de forma que sua intimidade não possa ser devassada pelos órgãos de imprensa. (...). O que pode ser

⁹ Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho. *Liberdade de informação e o direito difuso à informação verdadeira*. 2. ed., Rio de Janeiro: Renovar, p. 56.

divulgado é a parte de sua vida – personalidade – de domínio público, (...); não a esfera privada, desconhecida do grande público”. Infere-se daí que simplesmente divulgar o nome ou ainda fazer simples menção do nome não indica, sobremaneira, estar infringindo o direito de uso ao nome.

A liberdade de imprensa, portanto, não é absoluta, mas, está vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (art. 220, §2º, CRFB). Os limites a essa liberdade já estão, por conseguinte, contidos no próprio texto da constituição. Aquela liberdade haverá de: 1- garantir o direito de resposta proporcional ao agravo; 2 – nela está vedado o anonimato; 3 – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, e deles decorrente o nome, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Assim, na ponderação entre o direito à informação e à liberdade de imprensa sem qualquer tipo de censura, e a garantia à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, e deles decorrente ao nome, a Constituição valorou todos, impondo como sanções o direito de resposta proporcional ao agravo e o direito de ser indenizado por danos materiais e morais.

Uma conclusão já se impõe: o texto constitucional não permite, em nome da proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, e deles decorrente ao nome, que seja censurado o exercício da liberdade de imprensa para informar.

Por força do art. 5º, §2º, da Constituição, os tratados sobre direitos humanos são recepcionados no ordenamento brasileiro com o *status* de direitos individuais constitucionalizados, malgrado o entendimento contrário do Supremo Tribunal Federal. O direito ao nome, que não parece, como se viu, no texto constitucional primário, vai ali aparecer através das seguintes normas internacionais recepcionadas como normas internas constitucionais:

1 - "Toda criança deverá ser registrada imediatamente após seu nascimento e deverá receber um nome" (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos);

2 - "A criança será registrada imediatamente após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, de conhecer seus pais e a ser cuidada por eles" (Convenção sobre os Direitos das Crianças);

3 – os Estados signatários, entre os quais o Brasil, que assinaram aquela Convenção, se comprometeram a respeitar o direito da criança preservar sua identidade, inclusive a nacionalidade, o nome e as relações familiares, de acordo com a lei, sem interferências ilícitas" (Convenção sobre os Direitos das Crianças);

4 – e, no regime regional das Américas, "toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou a de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esse direito, mediante nomes fictícios, se for necessário" (Pacto de San José da Costa Rica).

Infere-se outra conclusão: da Constituição do Brasil decorre, como se vê, o direito ao nome, que envolve o prenome e o nome dos pais, ou patronímico, ou gentílico ou nome de família. É que se trata de sinal exterior pelo qual se individualiza a pessoa.

Nada dispôs, no entanto, sobre a tutela da exclusividade do uso do nome, todavia deve ser entendido como um direito implícito, decorrente do próprio direito ao nome, e, por aplicação em relação ao nome das sanções destinadas à violação à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, na hipótese de sua ofensa o direito de resposta e o direito a indenização por danos morais ou materiais.

Há de se observar, ainda a existência da interação entre danos morais e direitos da personalidade é tão estreita que se deve indagar da possibilidade da existência daqueles fora do âmbito destes. Ambos sofreram a resistência de grande parte da doutrina em considerá-los objetos autônomos do direito. Ambos obtiveram reconhecimento expresso na Constituição Brasileira de 1988, que os tratou em conjunto, principalmente no inciso X do artigo 5º, que assim dispõe que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Assim, tem-se que essa interação não é ocasional, mas necessária, como passarei a demonstrar, remetendo para o campo de estudos do direito civil constitucional, que se densifica no Brasil.

A inserção constitucional dos direitos da personalidade e dos danos morais consagra a evolução pela qual ambos os institutos jurídicos têm passado. Os direitos da personalidade, por serem não patrimoniais, encontram excelente campo de aplicação nos danos morais, que têm a mesma natureza não patrimonial. Ambos têm por objeto bens integrantes da interioridade da pessoa, que não dependem da

relação com os essenciais à realização da pessoa, ou seja, aquilo que é inato à pessoa e deve ser tutelado pelo direito.

Os direitos da personalidade, nas vicissitudes por que passaram, sempre esbarraram na dificuldade de se encontrar um mecanismo viável de tutela jurídica, quando da ocorrência da lesão. Ante os fundamentos patrimonialistas que determinaram a concepção do direito subjetivo, nos dois últimos séculos, os direitos de personalidade restaram alheios à dogmática civilística. A recepção dos danos morais foi o elo que faltava, pois constituem a sanção adequada ao descumprimento do dever absoluto de abstenção.

Do mesmo modo, os danos morais se ressentiam de parâmetros materiais seguros, para sua aplicação, propiciando a crítica mais dura que sempre receberam de serem deixados ao arbítrio judicial e à verificação de um fator psicológico de aferição problemática: a dor moral. A jurisprudência dos tribunais, para obviar a dificuldade, vem delineando situações de autêntica inversão do ônus da prova, na medida em que estabelece presunções que a dispensam, como tem decidido o STJ no caso da perda de um filho (direito à integridade psíquica) ou da deformidade física (direito à integridade física) (R. Esp. nº 50.481-1-RJ) e no caso de inscrição irregular de inadimplentes do SPC (R. Esp. Nº 165.727-DF).

Em outro julgado, o mesmo Tribunal (R. Esp. n.º 17.073-0-MG) entendeu ser desnecessária a demonstração de que a perda de um membro inferior (direito à integridade física e à integridade psíquica) acarreta graves sofrimentos, além de eventuais prejuízos econômicos; essa consequência seria da natureza das coisas, de ciência comum. De modo mais amplo, os direitos de personalidade oferecem um conjunto de situações definidas pelo sistema jurídico, inatas à pessoa, cuja lesão faz incidir diretamente a pretensão aos danos morais, de modo objetivo e controlável, sem qualquer necessidade de recurso à existência da dor ou do prejuízo. A responsabilidade opera-se pelo simples fato da violação (*damnu in re ipsa*); assim, verificada a lesão a direito da personalidade, surge a necessidade de reparação do dano moral, não sendo necessária a prova do prejuízo, bastando o nexo de causalidade. Por exemplo, a instituição financeira que promove a indevida inscrição de devedor em bancos de dados responde pela reparação do dano moral que decorre dessa inscrição; basta a demonstração da inscrição irregular.

Portanto, se se admitir que não há incidência de danos morais além das hipóteses de direitos da personalidade, então o juízo de equidade, conferido ao juiz, ater-se-á ao *quantum* da indenização compensatória.

A lesão ao direito ao nome acarreta danos morais, sempre que haja utilização indevida ou não autorizada e possa ser indiscutivelmente referido à pessoa, máxime quando se tratar de homônimos. A utilização indevida dá-se com intuito difamatório ou de provocar o desprezo público ou, ainda, de interesse publicitário ou mercantil.

O Código Civil brasileiro de 1916, em harmonia com as grandes codificações liberais e patrimonialistas, nada tratou dos direitos da personalidade, sem embargo do conhecimento que os juristas deles tinham, a exemplo da afirmação acima transcrita de Teixeira de Freitas. O novo Código Civil, oriundo do projeto de 1975, dedica um capítulo da parte geral aos direitos da personalidade, selecionando aqueles que produzem efeitos mais agudos nas relações civis, a saber: direito à integridade física, proibindo-se atos de disposição ao próprio corpo, salvo para fins de transplante e, gratuitamente, após a morte, para fins científicos ou altruístico; vedação de tratamento médico ou intervenção cirúrgica não consentidos; direito à identidade pessoal (direito a ter nome e a impedir que seja usado de modo a expor ao ridículo ou com intenção difamatória; proibição de usar o nome alheio, sem autorização, para fins publicitários; proteção ao pseudônimo); direito à imagem; direito à honra; direito à vida privada.

Concluimos, portanto, que o nosso ordenamento jurídico não se mostra totalmente eficaz na tutela dos direitos personalíssimos, não obstante estar configurado o enorme avanço sobre esse terreno, de modo que merecem tais direitos, estudos mais aprofundados pelos aplicadores do direito. O nome, e por tabela, o pseudônimo, apesar de gozarem de proteção jurídica quanto ao uso, mereciam estar elevados efetivamente a nível constitucional, não ficando relevados tão somente a entendimentos implícitos da norma constitucional, haja vista que resta flagrante e indiscutível a excelência do nome como sendo a marca que demonstra realmente quem é e o que é a pessoa humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Pereira, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil, volume I: teoria geral de direito civil / Caio Mário da Silva Pereira. – 22. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2008.

Gagliano, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil, volume I: parte geral / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2008.

Fiúza, César. Direito civil: curso completo / César Fiúza. – 9. ed., 2. tir. - Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Venosa, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral / Sílvio de Salvo Venosa. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2005. – (Coleção direito civil; v.1).

Diniz, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, v.1: teoria geral do direito civil / Maria Helena Diniz. - 22. ed. rev. e atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10406, de 10-1-2002) e o Projeto de Lei n. 6.960/2002. - São Paulo: Saraiva, 2005.

Tepedino, Gustavo. Temas de Direito Civil / Gustavo Tepedino. - 2. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2001

Gomes, Orlando. Introdução ao Direito Civil / Orlando Gomes. - 18. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001.

Oliveira, J. M. Leoni Lopes de. Novo Código Civil Anotado – v. 1. / J. M. Leoni Lopes de Oliveira. - 3. ed. revista e atualizada até a Lei n. 11.280, de 16 de fevereiro de 2006. - Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

Bittar, Carlos Alberto. Os direitos da personalidade / Carlos Alberto Bittar. – 7. ed. / atualizada por Eduardo Carlos Bianca Bittar. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Carvalho, Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de. Liberdade de informação e o direito difuso à informação verdadeira / Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Renovar, 2003.